

O BRASIL NA OCDE


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Boletim Informativo

Nº 10 - 07 de dezembro de 2018



O Brasil chega ao final de 2018 em ritmo acelerado na OCDE e outras organizações internacionais sediadas em Paris. Na OCDE, nossa estratégia de seguir intensificando a participação ao amparo de nosso status de “parceiro chave” da organização produziu resultados. Ao longo do ano, entre outros, alcançamos a marca de 66 Recomendações e Decisões que contam com o Brasil como aderente (um quarto do total e mais do que qualquer outro país não membro), elevamos o status no comitê de economia digital para “participant”, entramos no comitê diretor do foro de produtividade, estamos em fase final de elevação do status no comitê de concorrência para “associate” (equivale a membro) e solicitamos o status de “associate” também no comitê de Educação e no Centro de Pesquisas em Educação. Esses avanços reforçam e complementam o pleito brasileiro de tornar-se membro da OCDE, o qual segue sendo analisado pelo países membros da Organização que continuam discutindo as 6 candidaturas apresentadas, sem uma decisão até aqui.

Na OIV (vinho e vinha), a brasileira Regina Vanderlinde foi eleita presidente. Na OIE, o Brasil obteve a certificação de país livre de febre aftosa, com vacinação - resultado de mais de 50 anos de trabalho na erradicação e prevenção da doença nos rebanhos brasileiros. Na AIE (energia), o relatório sobre energias renováveis este ano focou em biocombustíveis e a agência passará a ser a secretaria da Iniciativa do exercer a função de facilitador da Plataforma para o Biofuturo, coordenada pelo Brasil. Na NEA (energia nuclear) e no ITF (transportes), desenvolvemos processos de aproximação e conhecimento. No BIPM, participamos da decisão histórica que alterou o Sistema Internacional de unidades e passou a definir todas as unidades em termos de constantes físicas universais.

Com colaboração e o trabalho de todos os representantes brasileiros, dos diferentes órgãos, que nos acompanharam neste ano, um dos objetivos da conformação de uma equipe dedicada às organizações internacionais econômicas em Paris vem sendo plenamente realizado: dar volume à nossa participação de forma a melhor aproveitar as oportunidades existentes para melhorar as políticas públicas brasileiras, divulgar nossas boas experiências e influenciar a formação de padrões internacionais.

Peer review do Brasil - Concorrência

No contexto da análise do pedido do Brasil de tornar-se país associado no Comitê de Concorrência da OCDE (nível mais alto disponível para um país não-membro da OCDE), realizou-se, no último dia 27/11, processo de revisão (“peer review”) do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O exercício tem por base relatório elaborado pelo Secretariado e comentários dos quatro países examinadores selecionados: Dinamarca, Nova Zelândia, México e África do Sul. A sessão dedicada à revisão durou quase três horas, com longa sessão de perguntas e respostas à delegação brasileira, integrada por representantes do CADE, SEPRAC/MF, BCB e da minha equipe.

O exercício reconheceu os avanços na área de defesa da concorrência no Brasil desde a aprovação da Lei 12.529/2011 e ampla implementação das recomendações de “peer review” anterior do Brasil no Comitê.

A decisão sobre o pedido brasileiro de tornar-se membro associado do Comitê ainda não foi anunciada publicamente, mas a expectativa é que os resultados favoráveis do “peer review” brasileiro contribuam para uma decisão que confirme o pedido no início de 2019.

Consumidor

O Brasil participou em novembro da Reunião do Comitê do Consumidor e da Reunião Conjunta do Comitê com o Comitê de Concorrência, cujo tema central, que deverá continuar na agenda de discussões, foi o impacto das transformações da economia, em particular a economia digital, sobre os direitos do consumidor e as atuais regras de proteção. O Brasil apresentou, a respeito, alguns dados sobre a evolução do tema no país.

Dívida Pública

O Brasil participou em novembro do Fórum Global da OCDE sobre Gestão da Dívida Pública que reúne gestores de dívida pública de países membros e não membros da OCDE (assim como reguladores, bancos centrais, outros formuladores de políticas financeiras e, ocasionalmente, participantes do setor privado) para discutir melhores práticas, experiências e políticas no campo da gestão da dívida pública e o desenvolvimento dos mercados de títulos públicos e corporativos.

A relevância desse Fórum tem aumentado ao longo dos anos, em função da crescente interconectividade do mercado financeiro global, à natureza internacional da volatilidade financeira e à necessidade de compartilhar e implementar as melhores práticas nessa área. A próxima edição do Foro Global sobre Gestão da Dívida Pública será realizado nos dias 23 e 24 de abril de 2019. [Leia mais](#)

Programa de Integridade

A pedido da OCDE, a auditora da CGU, Hevellyn Albres, apresentou ao GT de Integridade Pública os resultados preliminares da implementação dos Programas de Integridade em órgãos e entidades do governo federal (ministérios, autarquias e fundações públicas) e os princípios norteadores da governança pública no Brasil, a partir da edição do Decreto n 9.203/2017. Na apresentação, foi ressaltado que os programas têm foco na prevenção, ao introduzir a noção de integridade pública no dia-a-dia da administração pública e prever a realização de treinamentos e divulgação do Guia Prático de Gestão de Riscos para Integridade. Em razão do grande interesse dos membros do GT da OCDE no projeto, o Brasil comprometeu-se a continuar compartilhando a evolução da implementação dos programas de integridade e dos resultados e aprendizados obtidos ao longo do período.

Comitê de Políticas Econômicas Digitais (CDEP)

O Brasil participou do Comitê de Políticas Econômicas Digitais entre os dias 14 e 16 de novembro, cujo foco foi o impacto de tecnologias digitais, como a inteligência artificial, na economia e na sociedade. A margem da reunião, o Secretário de Políticas Digitais do MCTIC, que participou, pela segunda vez consecutiva, das discussões do Comitê, manteve discussões com o secretariado com vistas à realização de um estudo da OCDE (“review”) sobre economia digital no Brasil e de outro estudo sobre avaliação do setor de telecomunicações do Brasil. Os estudos devem ser realizados já a partir do início do ano que vem.

Alocação de receita tributária e comércio digital

Os desafios da digitalização da economia foram identificados como uma das principais áreas de enfoque do Plano de ação para o combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros (BEPS). Esses desafios estão relacionados principalmente à questão de como a receita tributária sobre a renda gerada pelas atividades transfronteiriças na era digital deve ser alocada entre os países. O tema tem sido discutido no Grupo de Trabalho 6 (WP6 - Taxation of Multinational Enterprises) do Comitê de Assuntos Fiscais da OCDE, que se reuniu em Paris entre os dias 19 e 28 de novembro, bem como na Força-Tarefa para a Economia Digital (TFDE).

Políticas Educacionais

Na esteira do pedido brasileiro de tornar-se membro associado do Comitê de Políticas Educacionais e do Comitê Diretor do Centro de Pesquisa e Inovação Educacionais (CERI) da OCDE, formalizado em 8 de novembro, a assessora internacional do Ministério da Educação participou, entre os dias do 13 a 16 de novembro das reuniões de ambos os foros. Além das prioridades e métodos de trabalho de ambos os foros para os próximos anos, foram discutidas nas reuniões iniciativas para adaptar sistemas educacionais ao mundo digitalizado e às necessidades vislumbradas para

2030, projetos em curso sobre educação infantil no século XXI e sobre formas de estimular a criatividade e o pensamento crítico no Ensino superior.

Agricultura

A OCDE está realizando uma série de estudos na área agrícola de interesse direto do Brasil:

Na reunião de novembro, o Comitê de Agricultura (COAG) discutiu as principais conclusões dos estudos “OECD-FAO Agricultural Outlook 2018-2027” e “Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2018”, além de “Peer Review” das políticas agrícolas da Argentina. No âmbito do Grupo de Trabalho sobre Políticas e Mercados Agrícolas, foram analisados os estudos em elaboração da OCDE sobre uso e resistência de antimicrobianos, além de documento sobre inovação, produtividade e sustentabilidade na produção agrícola e de alimentos. No Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura e Comércio, foi apresentado estudo sobre mercado de trabalho e impacto das cadeias globais de valor na agricultura, além de documento sobre a evolução do tema agrícola em acordos comerciais.

Meio ambiente

A agenda de meio ambiente na OCDE esteve em destaque em três eventos ocorridos no mês de novembro. O Grupo de Trabalho sobre Performance Ambiental (WPEP) reuniu-se entre 6 e 8 do mês passado para discutir, entre outros temas, documentos sobre biodiversidade e crescimento verde (“green growth”) que incluem dados e análises sobre o Brasil. Nos dias 14 e 15, o Grupo de Trabalho sobre Integração de Políticas Ambientais e Econômicas (WPIEEP) discutiu, entre outros assuntos, os impactos na economia das políticas de redução de emissões de carbono e revisão da Recomendação do Conselho sobre Projetos com Impactos Ambientais Significativos. Ademais, no período de 27 a 29 de novembro, realizou-se o Fórum da OCDE sobre Crescimento Verde e Desenvolvimento Sustentável, ocasião em que representantes de governo, academia e sociedade civil discutiram os efeitos da transição para uma economia de baixo carbono sobre o mercado de trabalho, a competitividade das firmas e as políticas sociais, bem como mecanismos de promoção do crescimento inclusivo.

Ainda na área ambiental, realizou-se o Fórum 2018 do Centro de Financiamento e Investimento Verdes da OCDE nos dias 13 e 14 de novembro. O evento reuniu especialistas da área para debater como melhor alinhar fluxos de investimento à necessidade de ampliar o papel das fontes renováveis de energia e reduzir as emissões de carbono na atmosfera. Criado em 2016, o Centro tem como missão produzir pesquisa para melhor orientar políticas públicas, bem como a atuação do mercado privado e do setor filantrópico, visando a acelerar o processo de transição para uma economia verde, de baixa-emissão e com alta resiliência climática. A OCDE disponibilizou em sua página [“webcast”](#) das discussões.

Desenvolvimento regional

O trabalho da OCDE na área de desenvolvimento regional foi objeto de discussão nas reuniões do Comitê de Políticas de Desenvolvimento Regional (RDPC) e de seus Grupos de Trabalho, que estão elaborando proposta de princípios para nortear políticas de desenvolvimento urbano e rural. Durante o encontro também foram comentados os preparativos para a próxima reunião de Ministros de Desenvolvimento Regional da OCDE, que será realizada em Atenas, Grécia, nos dias 19 e 20 de março de 2019.

Emprego e desenvolvimento local

Delegação do Ministério do Trabalho participou de reunião do Conselho Diretor do Programa da OCDE sobre desenvolvimento econômico e de emprego local (LEED) nos dias 15 e 16. Na ocasião, os países compartilharam experiências sobre políticas para qualificação de mão-de-obra e geração de empregos, empreendedorismo e integração de imigrantes ao mercado de trabalho local.

Brasil no Comitê de Direito Nuclear da NEA/OCDE

Dando continuidade ao diálogo entre o governo brasileiro e a Agência de Energia Nuclear da OCDE, o procurador federal junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Dr. Rômulo de Castro Lima, participou da reunião do Comitê de Direito Nuclear e dos grupos de trabalho correlatos, em Paris, de 20 a 23 de novembro. Foi a primeira vez que o Brasil acompanhou às discussões do Comitê e dos GTs, tendo sido convidado a fazer uma apresentação aos membros do arcabouço jurídico brasileiro na área de energia nuclear, bem como da divisão das competências funcionais dos diferentes órgãos públicos envolvidos na matéria. Na sessão de debate, o representante da CNEN teve a oportunidade esclarecer dúvidas sobre a doutrina predominante no direito brasileiro que trata do risco integral em caso de acidentes nucleares.

BIE – EXPO 2025

A 164ª Assembleia-Geral do Bureau Internacional de Exposições (BIE), realizada em 23/11, aprovou, após dois turnos de votação, a escolha de Osaka, Japão, como cidade-sede da EXPO 2025. Os outros candidatos eram Ekaterimburgo, na Rússia, e Baku, no Azerbaijão. A EXPO-2025 ocorrerá de 3 de maio a 3 de novembro de 2025 e terá como tema principal "Designing Future Society for Our Lives".

CALENDÁRIO DE EVENTOS - DEZEMBRO

3 e 4	Working Party on Responsible Business Conduct
3 e 4	IPPC - Working Party on Private Pensions
3 e 4	Working Party on Environmental Information (WPEI)
4 e 5	Task Force on the Digital Economy
4 e 6	Joint Working Party on Trade and Environment
5	Meeting of the Network of National Contact Points for Responsible Business Conduct
5 e 6	Health Committee
5 a 7	Working Party on Innovation and Technology Policy (TIP)
10 e 11	Working Party on Biotechnology, Nanotechnology and Converging Technologies (BNCT)
10 e 11	Standing Group on Long Term Cooperation (IEA)
11 e 12	Second Consultation Meeting with the "IEA Family" and Joint Session of the IEA Governing Board with Accession and Association Countries
11 e 12	Working Party of the Trade Committee
11 a 14	Working Group on Bribery (WGB)
12	Economics Department: Chief Economist's Talks
13 e 14	16th Informal Working Group on Higher Education
13 e 14	OECD Global Forum on Digital Security for Prosperity
14	Business at the OECD Forum on Digital Health and Partnerships
17	Economic and Development Review Committee (EDRC) Portugal
18	Friends of Going Digital – Ambassadors



@CarlosCozendey

**Delegado do Brasil junto a Organizações
Econômicas Internacionais em Paris**

Ambassade du Brésil à Paris
34 Cours Albert 1^{er} 75008 Paris, France
+33 01 45 61 63 00

delparis@itamaraty.gov.br